

**Gov. vai leiloar 50 aeroportos para estimular aviação regional**

Pronto para decolar. Modelo proposto pelo governo é voltado para operadores de terminais que já atuam no país. Ao assumir aeroportos menores, eles poderiam prorrogar o prazo de suas concessões

AO MENOS 50 AEROPORTOS

# AVIAÇÃO REGIONAL

## Gov. vai leiloar pequenos terminais para destravar R\$ 3,5 bi de investimentos

GERALDA DOCA, GLAUCIA CAVALCANTI E MANOEL VENTURA  
[geraldado@globo.com.br](mailto:geraldado@globo.com.br)  
 BRASILIA/DF

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem proposta do governo para ampliar investimentos em aeroportos da aviação regional sem ampliar gastos públicos. A ideia é transferir para os concessionários dos grandes terminais do país, como Guarulhos (SP) e Brasília, investimentos e operação de estruturas regionais. Em troca, esses operadores ganham mais prazos nos contratos atuais. Também haverá possibilidade de desconto no valor da outorga atual. A ideia do governo é leiloar ao menos 50 terminais nesse modelo.

O governo estima que, ao repassar os pequenos terminais para os operadores atuais, irá destravar R\$ 3,5 bilhões na infraestrutura de aviação regional. Dos cerca

de cem pequenos aeroportos administrados pela estatal Infraero, por prefeituras e estados, metade desperta interesse do mercado, na avaliação de técnicos do TCU.

— Vamos executar o maior programa de investimento em infraestrutura de aeroportos regionais — disse o secretário de Aviação Civil (SAC) do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, acrescentando que os planos anteriores fracassaram diante da falta de recursos públicos.

### PRAZO E RECEITA EXTRAS

Para os operadores dos terminais, a oferta seria atrativa porque os investimentos previstos ao longo do contrato são amortizados dentro do prazo da concessão. Se o prazo é prorrogado, em tese, a receita que entra nesse período extra é do concessionário. Essa “folga” abre caminho para os opera-

### Na mira para os certames

- > São Gabriel da Cachoeira (AM)
- > Eirunepé (AM)
- > Guanambi (BA)
- > Piracicaba (SP)
- > Mogi Mirim (SP)
- > Bacabal (MA)
- > Lençóis (BA)
- > Novo Progresso (PA)
- > Guarujá (SP)
- > Paulo Afonso (BA)
- > São Raimundo Nonato (PI)
- > Tucuruí (PA)
- > Caruaru (PE)
- > Serra Talhada (PE)
- > Cascavel (PR)
- > Pato Branco (PR)
- > Olapoque (AP)
- > Guarapava (PR)
- > Ponta Grossa (PR)
- > Americana (SP)

dores investirem nos aeroportos de menor porte.

A permissão foi a partir de uma negociação entre o governo e a concessionária de Guarulhos, costurada pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex/Consenso), criada pelo tribunal para incentivar acordos entre empresas e poder público (leia mais abaixo). As negociações iniciais previam as transferências de aeroportos regionais para a concessionária de forma direta, mas o pedido foi negado. O TCU autorizou, porém, o governo a fazer editais de concorrência para esses aeroportos.

A expectativa é que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) elabore o edital e coloque os termos em consulta pública ainda este ano. O plano é realizar os leilões ao longo de 2025 em blocos regionais com até

seis terminais em cada um, explicou um técnico a par do assunto. Haverá investimentos mínimos exigidos para cada terminal leiloado.

Como novas obrigações serão incorporadas aos contratos vigentes, o edital deverá considerar vencedor quem oferecer o menor prazo no pedido de ampliação do contrato. O tempo máximo de prorrogação varia caso a caso, mas costuma ter um teto de cinco anos. Quem adquirir os pequenos terminais terá que se responsabilizar pela modernização, adequação, manutenção da infraestrutura e operação dos voos.

Todos os concessionários com contratos vigentes poderão participar da concorrência, com exceção daqueles que pediram para devolver o terminal — é o caso de Viracopos (Campinas-SP) e Galeão, que negociam mudanças nos con-

tratos. A Anac poderá colocar travas, como inibir a participação de operadores com pagamento de outorgas em atraso.

As prefeituras e governos estaduais terão que concordar com a concessão caso a administração não seja da Infraero. O governo parte do pressuposto de que todos esses aeroportos dão prejuízo. Por isso, apenas os concessionários dos aeroportos já privatizados poderão participar dos leilões.

— A decisão unânime do plenário do TCU reconhece o rigor técnico, a atenção à legalidade e à economicidade e, ao fim e ao cabo, o pleno atendimento ao interesse público na otimização do contrato do Aeroporto de Guarulhos, permitindo a criação de um processo competitivo simplificado para que aeroportos regionais deficitários sejam assumidos pelas grandes concessionárias — disse o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas.

### 'SAÍDA INTELIGENTE'

O advogado Fernando Villela, coordenador do Comitê de Regulação de Infraestrutura Aeroportuária da FGV Direito Rio, avalia que a proposta do governo é uma saída viável para o setor.

— É um modelo inteligente permitir que o operador que já opera no país possa demonstrar interesse em participar desses processos de concorrência simplificada. Porque não há mais aeroporto atrativo economicamente o suficiente para ser leiloado separadamente ou ser âncora de um bloco de terminais — pontua Villela.

Caso o Aeroporto de Viracopos seja leiloado em 2025, como prevê o governo, seria uma oportunidade para usá-lo como âncora em um bloco de aeroportos integrados por outros regionais, avalia o especialista. De outro lado, ao retirar operações deficitárias de seu chapéu, a Infraero deixa de demandar recursos públicos do Tesouro Nacional, podendo até se tornar superavitária, já que detém a gestão do Santos Dumont, no Rio, pondera Villela.

Procurado, o Aeroporto de Guarulhos não se pronunciou. A concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, administradora do Aeroporto Internacional de Viracopos, disse que prefere não se manifestar no momento. Já a RIOgaleão, que administra o aeroporto internacional do Rio, informou que segue em conversas com o Governo Federal e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no âmbito da Secex/Consenso, buscando uma solução conjunta para a repactuação do contrato de concessão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15